

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

"Nós devemos banir das nossas fileiras toda a ideologia feita de fraqueza e impotência. São errados todos os pontos de vista que valorizam a força do inimigo e subestimam a força do povo". (Mao Tsé-tung)

Uma publicação da Célula Comunista de Trabalhadores (CCT) e da União Reconstrução Comunista (URC)

rumosdaluta@gmail.com

Número #05 AGOSTO/2021

Quanto custa viver?

Segundo dados do IBGE o rendimento médio mensal real domiciliar per capita foi de R\$ 1.406 na média do país, porém, metade dos brasileiros, cerca de 105 milhões de pessoas, sobreviviam, em 2020, com R\$ 438 mensais, enquanto 1% dos brasileiros mais abastados viviam com R\$ 17.373, ou seja, na média todos os brasileiros ganham quase R\$ 1.500 mensais, mas na realidade metade dos nossos compatriotas sobrevivem com menos de R\$ 500 mensais. Menos de R\$ 500 que precisam ser suficientes para comprarem comida, pagar aluguel e garantir o mínimo para a sobrevivência, enfim, garantir o abastecimento de água e energia elétrica, itens que assinatura de TV à Cabo, Internet, gás encanado ou férias na praia ou no campo, idas ao cinema ou à parques de diversão, são coisas impensáveis para a maior parcela dos brasileiros. **PÁGINA. 4**



DENUNCIAR A FARSA PARA EVITAR A TRAGÉDIA

Página 3



Balanco da greve dos trabalhadores da Educação de São Paulo

Página 4

A falência da educação brasileira e a pandemia

Página 6

As mulheres brasileiras em luta pela terra

Página 7

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

APOIE O JORNAL RUMOS DA LUTA!

Para viabilizar os custos do nosso jornal, desenvolvemos um processo de assinaturas únicas de apoio, no valor de R\$ 100 (cem reais), com a qual você passa a receber mensalmente em sua casa um exemplar e assim também contribui com o desenvolvimento da nossa publicação.

Se você tiver interesse em assinar e nos apoiar, envie um e-mail para rumosdaluta@gmail.com ou pelo site www.novacultura.info/jornal



SOCIALISMO OU BARBÁRIE

A frase de Friedrich Engels e Rosa Luxemburgo nunca foi tão atual. O capitalismo não tem condição de oferecer um futuro humano à humanidade. Esta afirmação não se refere ao capitalismo dos dias de hoje. Ela já feita há muito tempo e poderíamos citar trechos brilhantes de tantos textos produzidos a respeito para ilustrá-la.

Os maiores críticos do capitalismo, como Marx, souberam reconhecer o caráter revolucionário que a formação do modo de produção capitalista teve na história. No entanto, já vão longe esses tempos e a continuidade desta forma de organização econômica e social é a causa de todas as tragédias existentes e que crescem a cada dia.

A contradição básica e fundamental do capitalismo, assente na exploração do proletariado pela burguesia, faz com que a riqueza socialmente produzida se concentre em poucas mãos. Daí as crises de superprodução, excesso de mercadorias invendáveis, porque a imensa maioria das mãos não as pode comprar e às vezes não podem comprar nem mesmo o básico para sobreviver.

Com mercadorias sobrando porque os explorados de cada país não as podem comprar, ou, para falar em linguagem econômica, com mercados internos reduzidos, a burguesia de cada país sai à caça de mercados externos, ou seja, busca vender suas mercadorias em outros países.

Na história do capitalismo, essa caça aos mercados externos para as mercadorias se deu inicialmente entre os países que se industrializaram primeiro: Inglaterra, Alemanha, França, Itália, aos quais se juntaram depois os Estados Unidos e o Japão.

Dessa forma, sobre o alicerce da contradição básica do capitalismo, que coloca os burgueses de um lado e os proletários de outro, surgem duas novas contradições fundamentais.

Uma que opõe os países capitalistas dominantes, ou seja, a contradição entre os países imperialistas.

E juntamente com aquela, a contradição entre os países imperialistas (dominantes) e os países dominados, a contradição entre a nação e o imperialismo.

A contradição entre os países dominantes levou a humanidade às duas grandes guerras mundiais do século XX, com todas as consequências que conhecemos em todos os planos. No plano político, os países dominantes deram à luz ao nazismo e ao fascismo,

como regimes políticos estabelecidos para manter a qualquer preço a existência da sociedade burguesa.

Na relação entre países dominantes e dominados desenvolveu-se um processo de exploração ainda maior dos trabalhadores e demais recursos naturais de países como o nosso. Entre outros absurdos, a lógica do capitalismo faz com que em um país sabidamente rico em agricultura como é o Brasil, nos dias de hoje, mais da metade da população esteja ameaçada pela fome, o que só não ocorre em muitos casos por causa da ajuda de familiares e dos auxílios governamentais.

Aqui no Brasil e em boa parte do mundo, os governos tem reduzido os gastos com a ajuda aos desempregados e pessoas que não podem trabalhar, assim como tem buscado reduzir ou acabar com direitos trabalhistas, para poder encaminhar os recursos públicos ao pagamento de juros aos especuladores, com os aplausos de quase todos.

Este é um elemento fundamental do capitalismo na sua fase imperialista, que é seu caráter parasitário. Desestimulados pela superprodução que não encontra compradores para as mercadorias, em virtude da própria exploração da qual os trabalhadores são vítimas, os capitalistas preferem emprestar aos governos e reembolsar o que emprestaram com juros. Por essa razão, as crises mais recentes do sistema capitalista se manifestam como estouro de bolhas financeiras, que geram ainda maior sangria dos cofres públicos, pois os governos correm a socorrer esses grupos que, como dizem alguns, são grandes demais para falir.

Como escrevemos no início, essas características do capitalismo na sua fase imperialista não são novas. Elas já têm mais de cem anos e apareceram ainda no final do século XIX. Foram estudadas, entre outros, por Lenin em "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo", livro publicado em 1916.

Nesse livro, Lenin demonstra o caráter parasitário do capitalismo e sua tendência para gerar a reação em toda a linha, ou seja, a necessidade de explorar cada vez mais os trabalhadores, sobretudo nos países dominados, submetidos a uma exploração de tipo colonial e a conseqüente necessidade de usar governos reacionários, civis ou abertamente militares, para garantir a existência de tal sistema. Por essas razões, Lenin também afirmou que o imperialismo é a ante-sala do socialismo.

Os principais acontecimentos políticos do século XX confirmaram as previsões do

camarada Lenin. O socialismo triunfou justamente no país em que Lenin dirigia os comunistas, dando origem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Após a Segunda Guerra Mundial, formou-se o bloco socialista. Graças ao Exército Vermelho da URSS e a atuação dos comunistas no mundo inteiro, a ameaça do nazismo e do fascismo foi derrotada e os capitalistas foram obrigados, ao longo do restante do século XX, a entregar os anéis para não perder os dedos.

Com a contrarrevolução que pôs fim à URSS e ao bloco socialista no final do século XX, a burguesia trata de reaver o que perdeu e, desde então, aplica as políticas que aprofundam a barbárie em escala mundial, com as privatizações e a destruição dos direitos sociais, a depredação dos recursos naturais, enfim a regressão total.

Mas a burguesia não conta apenas com reacionários como Bolsonaro para manter o capitalismo. Ela conta também com os reformistas, com partidos e outras organizações que, no meio dos trabalhadores, semeiam ilusões de que o capitalismo poderia ser diferente. Nos dias de hoje, aqui no Brasil e em outras partes, essas organizações se apresentam aos burgueses para oferecer uma gestão "mais humana" do capitalismo, uma gestão que reserve um pouco mais de migalhas para os miseráveis.

Essas correntes, críticas do que chamam de "neoliberalismo", oferecem uma alternativa capitalista que, segundo eles, gerará crescimento e renda. Parecem pensar que o capitalismo tal qual existe se deve à aplicação das malvadas idéias neoliberais, quando o que acontece é justamente o contrário, é a existência desse capitalismo que exige a sua justificação através das idéias supostamente neoliberais.

Nos últimos três anos, por toda a parte e na América Latina em particular, ocorreram levantes populares em vários países: Equador, Chile, Haiti, Colômbia, Paraguai. Em todas essas ocasiões, as massas populares buscaram impedir que suas condições de vida piores ainda mais. Tais lutas questionaram fortemente governos aliados dos EUA. Não é por acaso que o governo dos EUA tenha aumentado ainda mais o bloqueio a Cuba, como forma de equilibrar o noticiário internacional, que coloca em evidência as profundas contradições do capitalismo. Aos revolucionários e patriotas brasileiros, cabe mobilizar o nosso povo para frear o avanço da barbárie capitalista e abrir caminho ao socialismo e ao comunismo.

ESTAMOS EM GREVE

Denunciar a farsa para evitar a tragédia

O desenvolvimento da cena social e política brasileira vem confirmando aquilo que temos analisado nas edições anteriores do jornal Rumos da Luta.

As condições de vida das massas trabalhadoras, em sua maior parte desempregadas ou subempregadas pioram a olhos vistos. Reconhecendo que parte do povo está passando fome, a prefeitura de São Paulo autorizou recentemente a distribuição de sobras de merenda escolar. Parcela da massa esfomeada perambula pelas cidades, a espera de um trocado ou de uma marmita, outra parte vai se virando, vendendo o que pode, de balas ou chocolates até o próprio corpo, afinal, quase tudo é mercadoria na sociedade capitalista e vivemos na era do “empreendedorismo”, palavra bonita para o trabalho precário ao qual muitos estão condenados.

Àqueles que tem algo a perder continuam lutando. É o caso dos ferroviários das linhas 7 e 10 da CPTM que realizaram uma greve para forçar o Governo do Estado a comprometer-se a lhes pagar o que deve. Tal governo queria dar 0% de reajuste como recompensa por continuarem se expondo ao risco durante todo o período da pandemia. Além disso, sabemos que Dória quer demitir o máximo possível, para entregar a empresa enxuta ao setor privado. Outras categorias profissionais também tem resistido, conforme já registrado em nossas páginas.

Essas lutas poderiam ter resultados melhores se fossem unificadas, mas as “centrais” sindicais, que deveriam centralizar as lutas, não tem se preocupado com essa questão, pois estão ocupadas com os atos convocados para os sábados a tarde pelo país afora, atos esses que, dois meses passados desde o 29 de maio, não escondem mais o seu caráter eleitoreiro e que, no máximo, podem servir para dar alguma legitimidade à CPI da Covid.

E por falar em CPI, ela continua, “bravamente”, arrombando portas abertas. Essa semana eles descobriram, vejam vocês, que houve corrupção na compra de vacinas. Isso depois de, no ano passado, alguns secretários de saúde terem sido presos e um governador de estado cassado pelos mesmos motivos.

Completando esse quadro temos a polêmica sobre as eleições e a suposta crise entre os poderes da República. Segundo matéria da Folha de S. Paulo de 13 de julho na página A8, Bolsonaro “baixou o tom na ameaça de não realizar eleições caso não seja implementado o voto impresso”.

Enquanto os explorados são distraídos com tudo isso, no andar de cima, a burguesia computa seus lucros. Pesquisas de diferentes instituições, como o “Relatório de Riqueza Global” do Credit Suisse, mostram crescimento na concentração de riquezas pelo mundo afora. Esses fatos também comprovam a tendência para a fascistização dos regimes políticos, ou seja, os governos tornam-se mais autoritários, mais segregacionistas.

Assim a social-democracia (esquerda da ordem), vai, junto com a direita, cumprindo os seus papéis. Fingem que brigam, para melhor manter a ordem burguesa, da qual são servidoras e beneficiárias. Conforme afirmou Dimitrov, secretário geral da Internacional Comunista, em 1937, a fascistização e o fascismo “são, no fim das contas, o resultado da política social-democrata de colaboração com a burguesia”.

Não por acaso, no Brasil, Bolsonaro ganhou a eleição depois de 13 anos de governos petistas e 2 anos de Temer, do PMDB, partido aliado ao PT ao longo de todo seu período governamental.

Durante esse tempo em que estive no governo federal, para não falar do que foi feito em estados e prefeituras, o PT, administrando os interesses da burguesia, tratou de afastar os trabalhadores da luta política, de domesticá-los, para melhor servir aos interesses burgueses. Essa colaboração do PT e seus aliados com a burguesia, precisava evitar que os trabalhadores atuassem como classe, precisava evitar que os trabalhadores e demais setores explorados se colocassem em luta pelos seus interesses imediatos e históricos. Foi essa política que pavimentou o caminho para um governo do tipo que temos atualmente em Brasília e a permanência dessa política à frente das organizações dos trabalhadores não mudará essa situação.

Conforme afirmou Poulantzas em Fas-

cismo e Ditadura: “Sabe-se o que acontece quando as organizações revolucionárias falham no seu papel ideológico em uma linha de massa: São a ideologia burguesa e a ideologia pequeno-burguesa quem, sob formas específicas, invade o vazio deixado pela retirada da ideologia marxista-leninista.”

No período recente, a partir da nossa participação nas lutas de resistência, pudemos constatar o quão rebaixado está o nível de consciência de classe do proletariado brasileiro. Esse é resultado de décadas de predominância do revisionismo e da social-democracia nas organizações dos trabalhadores. Parte dos trabalhadores rejeitam a política, porque a identificam com coisa ruim ou que não vai resultar em qualquer benefício para si. Em alguma medida, tal situação se deve a atuação das organizações e tendências que temos criticado ao longo desse texto. Mas também se deve às nossas próprias falhas.

O proletariado não desenvolve uma consciência de classe, nem elementar e muito menos uma consciência revolucionária, se não se organizar e lutar como classe e não apenas como categoria profissional. Estimular as lutas com essa orientação é a tarefa dos revolucionários.

No Brasil, e em quase todo o mundo, a burguesia busca embaralhar as cartas, para dificultar ao proletariado uma visão classista dos problemas que enfrenta. As classes dominantes aproveitam-se da pandemia inclusive para isso. A “desideologização”, conforme afirmou Lukács, é uma palavra de ordem burguesa. Mas diversas correntes políticas, algumas aparentemente radicais, colaboram com a burguesia nesse sentido, personalizando abusivamente a luta política.

As forças revolucionárias e patrióticas da sociedade brasileira devem encarar o desafio de estimular a resistência e as lutas populares, incluindo aí o necessário debate ideológico, a luta por uma hegemonia política e cultural progressista, a defesa de um programa de reformas revolucionárias, o combate contra o imperialismo, pela tomada do poder para caminharmos em direção ao socialismo e ao comunismo.

QUANTO CUSTA VIVER?



Segundo matéria publicada no site do Jornal do Comércio em janeiro, o salário mínimo tem o pior poder de compra em 10 anos, comprando 1,58 cestas básicas, estimada, segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) em R\$ 696,70.

Mas, como já dizia a letra de uma música muito conhecida “A gente não quer só comida!”, ainda que com R\$ 1.100, valor de um salário mínimo, não conseguiríamos sequer comer!

Quem vai ao mercado ou a uma feira livre sabe como o dinheiro perdeu valor. Não compramos hoje as mesmas coisas que comprávamos há um ano atrás.

Como dito acima, o valor do salário mínimo é de R\$ 1.100, o DIEESE estipula que o valor mínimo deveria ser de R\$ 5.421,84, uma pequena diferença entre o que o governo diz que um trabalhador precisa ganhar e aquilo que a realidade demonstra que seria o mínimo necessário.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) o rendimento médio mensal real domiciliar per capita foi de R\$ 1.406 na média do país, porém, metade dos brasileiros, cerca de 105 milhões de pessoas, sobreviviam, em 2020, com R\$ 438 mensais, enquanto 1% dos brasileiros mais abastados viviam com R\$ 17.373, ou seja, na média todos os brasileiros ganham quase R\$ 1.500 mensais, mas na realidade metade dos nossos compatriotas sobrevivem com menos de R\$ 500 mensais.

Menos de R\$ 500 que precisam ser suficientes para comprarem comida, pagar aluguel e garantir o mínimo para a sobrevivência, enfim, garantir o abastecimento de água e energia elétrica, itens como assinatura de TV à Cabo, Internet, gás encanado ou férias na praia ou no campo, idas ao cinema ou à parques de diversão, são coisas impensáveis para a maior parcela dos brasileiros.

O Brasil, atualmente, passa pelo que os sucessivos governos chamam de crise hídrica, a energia elétrica teve um aumento de 52% na bandeira vermelha, de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 por 100 kWh, o que representa, segundo dados do governo, um aumento de 5,45% na conta do mês de julho. Já a conta de água nos municípios abastecidos pela SABESP ficou, a partir de maio de 2021, 7,6% mais cara. A cesta básica aumentou em média 20% a 30%, variando de estado para estado. Em São Paulo, no mês de junho custava R\$ 636,40. Em média o trabalhador precisa de 111 horas trabalhadas para adquirir os alimentos da cesta básica, comprometendo 54,84% do salário para adquiri-la.

Enfim, os números indicam aquilo que todo brasileiro sabe na prática: não ga-

nhamos o suficiente para sobrevivermos com o mínimo de dignidade, corremos de dívida em dívida para tentarmos garantir a nossa sobrevivência.

É assim no Brasil, é assim no mundo. Segundo dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 2/3 dos países que possuíam dados oficiais sobre o salário houve queda e a crise econômica infligirá pressão para que os salários sofram quedas ainda maiores.

Essa é a solução da crise para o capitalismo e seus governos de plantão.

Nós não podemos e nem devemos aceitar isso. Não podemos esperar as eleições de 2022, mesmo porque, tanto quem está no governo, quanto quem já esteve, não representa nenhuma possibilidade de mudança para nós. Precisamos organizarmos as lutas nas ruas, para exercer cada vez mais pressão sobre os partidos – ainda que saibamos quais as suas motivações políticas –, sindicatos e organizações sociais para que travem as necessárias lutas em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Façamos nós por nossas mãos, tudo o que a nós nos diz respeito!

BALANÇO DA GREVE DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Os trabalhadores da Rede Municipal de Educação, fizeram a greve mais longa da história da categoria, foram 120 dias em luta. A greve foi dirigida por um fórum de entidades que representam a categoria (SINPEEM, SINDSEP, SINESP, APROFEM e SEDIN). A greve foi corretamente aprovada diante das consequências de uma pandemia e em que os brasileiros, para além da grave questão pandêmica, ainda sofreram com uma crise econômica que levou milhões de compatriotas ao desemprego, à miséria, à fome.

Neste contexto os trabalhadores da educação da Rede Municipal foram à luta e marcaram as fileiras do governo dos prefeitos Bruno Covas (PSDB) e Ricardo Nunes (MDB) com derrotas:

- O governo foi obrigado a reconhecer que muitas Unidades Escolares não contavam com equipes de limpeza;

- Na esteira dessa questão o mesmo governo reconheceu a insuficiência destas equipes e contratou, através do POT (Programa Operação Trabalho), equipes formadas por familiares das crianças matriculadas nas EUs para prestarem apoio nas medidas sanitizantes presentes no Protocolo de Volta às Aulas;

- A antecipação, em março, até então

o pior momento da pandemia no Brasil, de feriados e do recesso de julho foi o reconhecimento de que não existiam condições para manutenção das UEs funcionando;

- A testagem dos trabalhadores da Rede, bem como a vacinação de parcela dos trabalhadores também se constituiu em uma vitória da greve;

- Porém, a maior vitória foi o apoio à greve pela maior parte da população de São Paulo que maciçamente negou-se a mandar suas crianças e jovens para as UEs, pois tinham clareza de que não havia, como ainda não há, condições de segurança nas escolas. Mesmo reconhecendo todo o esforço dos trabalhadores na ambientação destes espaços, sabiam que a questão fugia à mera organização.

A luta dos trabalhadores da Educação municipal foi vencedora!

Mas não podemos deixar de apontar que não houve, em nenhum momento, apoio das forças que dirigem as organizações dos trabalhadores no sentido de transformar essa luta em uma luta de proporções nacionais. Os interesses destas organizações são publicamente conhecidos, aguardam as eleições de 2022 para apresentarem-se como diligentes administradores dos interesses burgueses.

Um movimento nacional que pudesse desestabilizar a ordem não interessa nem a quem defende atualmente tais interesses, muito menos a quem pretende defendê-los.

Assim como nos faltaram as centrais e os partidos ditos de esquerda, muitos dos trabalhadores em greve cometeram o equívoco de organizarem a luta por fora dos sindicatos, inclusive negando a importância deste valioso instrumento de luta dos trabalhadores. Não foram poucos os trabalhadores que estiveram, durante a greve, comprometidos na desqualificação dos sindicatos como instrumento de luta, confundindo a crítica à direção dos sindicatos com a crítica aos sindicatos.

A greve trouxe importantes lições para o conjunto da classe trabalhadora, em especial a defesa dos sindicatos como instrumento de luta, mas também a percepção de que os partidos da esquerda da ordem, bem como suas centrais sindicais, estão comprometidos com seu projeto eleitoral e não com a luta pelos interesses dos trabalhadores, a greve desmascarou o governo Covas/Nunes como mais um governo que não tem nenhum compromisso com trabalhadores da Educação, tampouco com a segurança e as condições de estudo das nossas crianças, jovens e adultos.

Cuba e as mentiras que o seu jornal conta...



No último dia 11 de julho, surgiram diversas manifestações coordenadas em diferentes lugares de Cuba, ainda que “de alcance limitado, sem impacto político, sem capacidade de desestabilização e sem enraizamento popular”, conforme foi explicado pelo Cônsul Geral de Cuba em São Paulo, foi o suficiente para se criar um alvoroço em torno de tais “protestos”.

Aproveitando-se das dificuldades presentes no país, que enfrenta a pandemia do novo coronavírus e as consequências econômicas da interrupção do turismo, um dos principais pilares da sua economia, além do já conhecido bloqueio genocida imposto pelo imperialismo estadunidense há décadas.

Mesmo com as dificuldades, o país pode enfrentar a pandemia com êxito, conseguindo controlar os casos, cerca de 333 mil registrados até aqui, e somente 2.351 mortes, em uma população total de pouco mais de 11 milhões de cubanos e cubanas. Além disso, mesmo com a impossibilidade de acesso a suprimentos e materiais médicos, sua indústria pode desenvolver com seus próprios recursos vacinas que já estão sendo aplicadas para a imunização do seu povo. Enquanto isso, um país como o nosso, com mais recursos, contabiliza, só em números oficiais, milhões de infectados e mais de meio milhão de mortos.

A notícia de tais manifestações logo se espalhou pelo mundo, não inocentemente, e a grande mídia burguesa se apressou em divulgar alegremente que o povo cubano se levantava contra o “governo autoritário”, quando não até mesmo celebrar o que seria o fim do “regime castrista” na Ilha. A esperança era de que tais manifestações cumprissem seu objetivo e causasse um caos no país e a perda de apoio do povo cubano ao governo do Partido Comunista.

Também foi amplamente divulgado pela imprensa brasileira a suposta repressão contra tais manifestantes “democráticos”, que haviam policiais armados com metralhadoras patrulhando as ruas, que prisões arbitrárias estavam sendo efetuadas e ataques com cacetetes e spray de pimenta contra os insatisfeitos. Um cenário que mais se pareceria com o cotidiano em nosso país, no qual qualquer protesto do nosso povo é tratado como caso de polícia e reprimido violentamente pelas polícias militares ao longo do nosso território. Mas isso não condiz com a realidade em Cuba.

O que ocorreu de fato, a exemplo do que Fidel Castro fez nos anos 90 durante a crise pela qual o país passou com o fim da URSS e do bloco socialista do Leste europeu, foi o presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, ir pessoalmente a San Antonio de los Baños, local considerado o epicentro dos protestos, conversar e ouvir as queixas da população. As principais reclamações eram sobre a dificuldade de adquirir alimentos e a falta de energia elétrica, problemas que o próprio governo reconhece existir no país, evidentemente, amplificado pelo bloqueio imperialista, que com as medidas tomadas por Donald Trump e seguidas por Joe Biden, buscam cortar por todos os meios possíveis a acesso de Cuba à importação de itens alimentícios e de combustíveis, justamente para rebaixar as condições básicas de vida de todo um povo e gerar distúrbios sociais.

Díaz-Canel não só respondeu à população local de San Antonio de los Baños, sobre os problemas que o povo cubano tem enfrentado, como fez pronunciamento em rede nacional, reiterando que desde 2019 já havia indicado que passariam por uma conjuntura difícil, diante das mais de duzentas medidas aplicadas pelo governo ianque, que geraria problemas econômicos para que se provocasse uma revolta social generalizada em Cuba.

O presidente cubano foi direto ao dizer que “há 60 anos que se incomodam muito com o exemplo da Revolução Cubana e aplicam um bloqueio injusto, criminoso, cruel, que se intensifica agora, pior em condições da pandemia. Aí está a perversidade manifesta, a maldade de todas essas intenções: bloqueio e ações restritivas, que nunca fizeram contra nenhum outro país, nem contra aqueles que consideram seus principais inimigos”.

E aí está o ponto fundamental para nós. A falsa preocupação com os direitos humanos tanto propagada pela grande mídia brasileira – passando por Globo, Folha de S. Paulo, Estadão e outros veículos das poucas famílias que dominam o setor desde sempre – quando se trata de Cuba não passa de mera retórica. Essa mesma imprensa há décadas faz vista grossa e tenta justificar a violência diária do velho Estado burguês brasileiro, que com seu braço armado ameaça e mata brasileiros e brasileiras nas favelas, cidades e campos por todo o país.

Não há preocupação alguma com os direitos do povo cubano. Inclusive porque to-

dos os cubanos e cubanas tem, de fato, direitos à moradia, à saúde, à educação, à segurança, entre outros direitos fundamentais, como até mesmo alguns comentaristas envergonhados tem que reconhecer de vez em quando, enquanto tentam mudar de assunto e defender que o problema é a falta da tal “liberdade”.

Evidentemente, para tais grandes comentaristas da mídia brasileira, nosso povo tem a tal da “liberdade”, ainda que até hoje quase 50 milhões de pessoas não tenham moradia adequada no Brasil, que ainda hoje milhões de brasileiros não tenha acesso ao saneamento básico, que a educação brasileira decaia cada vez mais com a falta de investimentos governamentais, e tampouco que o SUS, que conseguiu a duras penas atender a população em meio à pandemia, esteja sendo sucateado nos últimos anos para que seja privatizado.

Embragados pela propaganda anticomunista contra Cuba, que tanto foi difundida em nosso país, a imprensa brasileira, por ideologia ou por dinheiro, sempre está a postos para cumprir seu papel de papagaio das ações e calúnias do governo estadunidense contra o primeiro país socialista da América Latina. O velho e repetido palavreado está sempre pronto para ser usado para atacar Cuba, para servir ao seu chefe imperialista em seus planos de dominação contra os povos latino-americanos.

Por isso é nosso dever defender a Revolução Cubana e seu povo diante de mais esta campanha midiática de desestabilização. Todos nós precisamos prestar solidariedade ao exemplo que emana da experiência cubana, que fez sua revolução e constrói o socialismo, mesmo com todas as dificuldades e limites, debaixo dos narizes dos americanos, como dizia Fidel. Para isso também é necessário que combatamos as mentiras divulgadas na imprensa brasileira, que diz ser a favor dos direitos humanos em Cuba, mas se calou diante dos efeitos do Teto de Gastos, que retira a cada ano o dinheiro da saúde e educação do nosso povo; que diz condenar o “autoritarismo” do Partido Comunista de Cuba, mas se cala diante da escalada dos militares brasileiros em seu plano de domínio sobre todo o Estado; enfim, é necessário escancarar a hipocrisia e a dupla moral da nossa imprensa, para que as massas brasileiras saibam realmente o que foi e o que é a Revolução Cubana e qual é o nosso caminho para alcançar o mesmo destino.



A falência da educação brasileira e a pandemia

A educação é fator importante para garantia de soberania nacional, uma educação comprometida com os interesses nacionais forma sujeitos capacitados a contribuir para o desenvolvimento de uma nação, edifica uma cultura nacional que preza pela ampliação dos direitos democráticos de seu povo, bem como ajuda a garantir autonomia na construção de sua história. No entanto, uma educação alinhada aos interesses do capital se converte no papel oposto ao primeiro contexto. É uma educação que se apresenta como um dos mecanismos de controle social do povo para viabilizar a dominação burguesa. No contexto brasileiro, na condição de semicolônia, o quadro educacional se apresenta de forma ainda mais dramática. Neste contexto, a educação nacional se apresenta como mera reprodutora dos interesses imperialistas e da burguesia burocrática e compradora local, um exemplo disso é o intenso avanço de iniciativas de monopólios educacionais sobre a educação superior brasileira.

Como uma expressão dessa problemática, temos a questão da evasão escolar, que tem um fator que chama bastante atenção: o abandono dos estudos por condições econômicas precárias das famílias brasileiras, obrigando brasileiros e brasileiras, cada vez mais jovens, a enfrentarem o trabalho como meio de contribuir na composição da renda mensal familiar. Ou seja, quando se tem condições econômicas para estudar, enfrentamos uma educação tecnicista e conservadora, que tem como objetivo básico a criação de mão de obra especializada e reduzida para atender aos interesses de exploração do trabalho por parte da burguesia em setores de maior especialização; quando não, é necessário que aconteça o ingresso mais breve possível dessas crianças e jovens ao mercado de trabalho, seja ele formal (por meio de programas como jovem aprendiz) ou informal (que detém a maioria dessa mão de obra precária), com objetivo de obtenção de lucro por parte dos patrões sob condições desfavoráveis a esses jovens trabalhadores.

Esse é um contexto vivido pelo nosso povo há tempos, e em períodos de crise capitalista, este cenário se agrava. Particularmente, em um contexto pandêmico, responsável por acelerar uma crise do sistema que já estava em curso, o contexto de evasão escolar se aprofunda e apresenta como pano de fundo a desigualdade social intensificada e a criação de força de trabalho extremamente barateada e atrativa aos capitalistas, o que, por sua vez, nos coloca em uma situação das mais difíceis.

Mas, não podemos cair na ilusão de que a pandemia do novo coronavírus é o causador de todos os males que vivemos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 51,2% (ou 69,5 milhões) das pessoas com 25 anos ou mais não concluíram o ensino médio. Entre os motivos mais apresentados está a necessidade de ir trabalhar, 39,1% desses brasileiros e brasileiras; 29,2% saíram da escola pelo desinteresse em estudar. Um dado importante nesse contexto diz respeito a desigualdade entre gênero, com 23,8% das mulheres que aparecem na pesquisa como estatística de evasão escolar por conta de gravidez. Dentro disso tem as disparidades regionais, as regiões Norte e Nordeste com os piores índices.

Sob o contexto pandêmico, a desassistência do velho Estado burguês-latifundiário com a população se deu de forma generalizada, isso se expressa na destruição cotidiana do SUS, no empobrecimento generalizado, no desemprego crônico, na falta de insumos e vacinas para o combate à pandemia, na ausência de políticas sociais que permitissem ao povo brasileiro se proteger dessa nova ameaça que é o covid-19, na intensificação da violência de Estado no campo contra camponeses e nossos povos originários e tradicionais, na legitimação da violência policial nas periferias e etc. No caso da educação, não foi diferente!

Desde o início da pandemia, a educação nunca foi prioridade do corrupto Bolsonaro (e nem em momento algum foi). Na necessidade do estabelecimento de isolamento social, o ano letivo dos estudantes brasileiros, da creche ao ensino universitário, seria atingido inevitavelmente. Mas sempre é possível tomar ações de políticas sociais que buscam, pelo menos, reduzir os danos causados por um acontecimento como uma pandemia. Nesse sentido, os governos federal, estaduais e municipais sempre foram omissos e deixaram expostos durante todo esse período estudantes e profissionais da educação. Sem garantir condições econômicas para essas crianças e adolescentes se manterem como estudantes e os obrigando a enfrentarem a pandemia com uma redução significativa do rendimento financeiro familiar, acompanhado do aumento do custo de vida; do outro lado, esses políticos que pouco se importam com o bem-estar do povo, buscaram formas de pressão para antecipar um retorno às aulas sem qualquer garantia de um ambiente minimamente seguro, com protocolos bem definidos, com aceleração da

vacinação e altos índices de testagem como meio de controle epidemiológico. Se limitaram a garantir algum nível de transferência de renda, guardada a condução de cada governo, que, por sua vez, nunca foi minimamente suficiente para atender as necessidades do povo. No que diz respeito às aulas, em si, foi entregue em uma soma de municípios instrumentos tecnológicos como tablets, porém esqueceram que no Brasil somente 33% dos domicílios têm acesso cotidiano à internet. Nesse sentido é que o trágico projeto educacional brasileiro atinge seu ápice!

O resultado desta conta não poderia ser outro senão o rebaixamento da qualidade do ensino público acompanhado de um aumento no índice de evasão escolar, sobretudo, no ensino médio. Segundo o monopólio de mídia CNN, 5,5 milhões de brasileiros e brasileiras ficaram sem acesso à educação em 2020, sendo que 3,8% foram de estudantes entre 6 e 17 anos que não acessaram o ensino por abandono. No ano anterior, de acordo com o PNAD Contínua, essa média foi de 2%. No que diz respeito ao ensino online, 4,12 milhões de estudantes matriculados e fora do período de férias não receberam qualquer atividade escolar, o que representa a completa falência dessa iniciativa dos governos do velho Estado burguês-latifundiário. Por fim, é simbólico observarmos a experiência do estado de São Paulo - de longe, mais rico do país -, que a cada 10 estudantes, 3 devem abandonar a escola em meio a pandemia, tendo como fator determinante a perda de rendimento financeiro entre as famílias paulistas. Ou seja, a pandemia, de certo, é um agravante, mas a evasão escolar sempre foi sintoma do empobrecimento do povo, da ausência de condições mínimas para as pessoas se desenvolverem enquanto tais.

Por este contexto trágico na educação e na realidade brasileira como um todo que surgiu a campanha Brasil: pela segunda e definitiva independência e no ponto específico sobre o tema, defendemos: Educação pública em todos os níveis, oferecida por um sistema único, que produza conhecimento direcionado aos interesses do país. Contra o avanço das multinacionais monopolistas do setor.

Mas esse objetivo não pode ser atingido de forma isolada, por isso é necessário lutarmos por nossa segunda e definitiva independência, para que todo nosso desenvolvimento tenha como objetivo garantir o bem-estar do povo e a soberania nacional frente aos interesses de rapina do imperialismo.



AS MULHERES BRASILEIRAS EM LUTA PELA TERRA

As mulheres brasileiras, camponesas, indígenas e quilombolas, sempre tiveram um papel crucial nos movimentos de luta pela terra. Seu protagonismo é inegável, assim como os ataques e agressões que sofrem ao longo de sua vida de trabalho e militância.

Em aspectos gerais, e conforme já denunciamos em outras oportunidades, de acordo com o relatório “Conflitos no Campo 2020”, organizado pelo Centro de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Dom Tomás Balduino (CEDOC), no ano passado, foram registrados 2054 conflitos, envolvendo 914.144 pessoas, das quais 18 foram assassinadas, 35 sofreram atentados contra as suas vidas e 159 foram ameaçadas de morte.

Além disso, foram registradas 1.576 ocorrências de conflitos por terra, o que equivale a uma média diária de 4,31, envolvendo 171.625 famílias brasileiras, em um contexto de grave pandemia. Esses números de ocorrências foram os maiores já registrados desde 1985, quando a CPT iniciou o monitoramento. Ao menos 81.225 famílias tiveram suas terras e territórios invadidos em 2020. Ainda segundo a publicação da CPT, os conflitos agrários cresceram 57,6% em 2020, se comparados com o ano de 2018.

De 2019 para cá, destacam-se entre os conflitos: invasões, com 121.267 famílias envolvidas; grilagem de terra, com 41.283 ações; e desmatamentos ilegais, contabilizando 25.654 casos. Segundo a CPT, o relatório envolve dados sobre conflitos e violências sofridas por agricultores, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais do campo, das águas e das florestas.

Evidentemente, isso se explica por mais ofensiva em curso contra os territórios demarcados, a exemplo de governos anteriores, caracterizada por um conjunto de ações patrocinado e favorecido largamente pelo governo Bolsonaro e seus agentes. A suspensão da homologação das terras indígenas e as medidas tomadas pelos órgãos governamentais potencializaram os conflitos em áreas indígenas, incentivando amplamente o desmatamento e os incêndios criminosos.

Houve aumento da média de famílias impactadas por “invasão” e “grilagem”, na

ordem de 260% e 108,6%, respectivamente. De todas as famílias afetadas em invasões de terra, 56% são indígenas. Em 2020, foram contabilizados cerca de 20.000 garimpeiros dentro da Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Em 2020 tivemos vitimadas por invasão: 81.225 famílias, das quais 58.327 são indígenas (72%); 19.489 sofreram grilagem (37% indígenas); e 25.559, desmatamento ilegal (60% indígenas).

Os conflitos pela água em 2020; as mineradoras internacionais, responsáveis por 39% das 350 ocorrências, que envolveram 56.292 famílias, cujas categorias mais afetadas foram ribeirinhas (23% dos eventos), pescadores (21%) e indígenas (16%). “Nos últimos dez anos (2011-2020) a CPT registrou 77 tentativas e 37 assassinatos de mulheres em conflitos fundiários e socioambientais.” Eram, em sua maioria, trabalhadoras rurais sem-terra, quilombolas e das etnias originárias.

Além dos crimes de assassinato, a CPT também registrou um conjunto amplo de violência contra as mulheres: agressões, ameaças de morte, detenções, estupros, lesões corporais, humilhações, intimidações e prisões. Nos últimos dez anos, 446 mulheres foram ameaçadas de morte, como posseiras (90), quilombolas (60) e trabalhadoras sem-terra (49). Assim, o levantamento também indica que, na última década, o machismo e a misoginia também foram fatores presentes na repressão à luta camponesa.

“Noventa e oito mulheres foram presas nos últimos dez anos no contexto dos conflitos no campo, nas águas e nas florestas. As prisões foram determinadas, sobretudo, para as mulheres sem-terra (66 do total), o que sugere a permanência das engrenagens punitivistas e antipovo no tratamento das lutas pela terra e direitos territoriais no Brasil.” Além disso, o que nos salta aos olhos, no caso das mulheres em luta pela terra e envolvidas nos conflitos no campo brasileiro, “é o grau de crueldade [dos atos de violência contra elas]. Não só os números de assassinatos e a violência, mas parece que quando agridem a mulher é muito mais cruel. Por isso, vimos a necessidade criar uma categoria para monitorar melhor a violência contra elas”, afirma Jeane Bellini, da

Coordenação Nacional da CPT.

Foram 37 estupros em uma década, sendo as principais vítimas mulheres quilombolas e das etnias originárias. Trinta desses estupros foram cometidos contra crianças e adolescentes na comunidade quilombola Kalunga, no estado de Goiás. Os envolvidos nesses estupros foram fazendeiros, garimpeiros, membros do Poder Legislativo municipal e empresários. “Ao longo da última década, um total de 1.814 mulheres sofreram algum tipo de violência interpessoal ou institucional em contextos diversos de lutas por direitos territoriais e socioambientais.”

Ainda segundo Jeane, da Coordenação Nacional da CPT, “a violência contra homens e mulheres do campo é muito diferente. Muitas vezes eles levam uma facada ou um tiro e morrem, enquanto as mulheres são estupradas e mutiladas antes de morrer. A mulher militante e ativista, que luta por seus direitos, fere o estereótipo do homem do campo, que acha que a mulher deve ficar quieta e não fazer nada. Esse papel de liderança e símbolo de luta atrai a violência contra elas”. Isso, longe de ser exclusividade das relações nas zonas rurais brasileiras, é expressão das edificações ideológicas que atendem as necessidades da formação social que nasce de nossa condição semicolonial e semifeudal, objetificando – inclusive no sentido sexual – as mulheres e colocando-as em posições de submissão em relação aos homens.

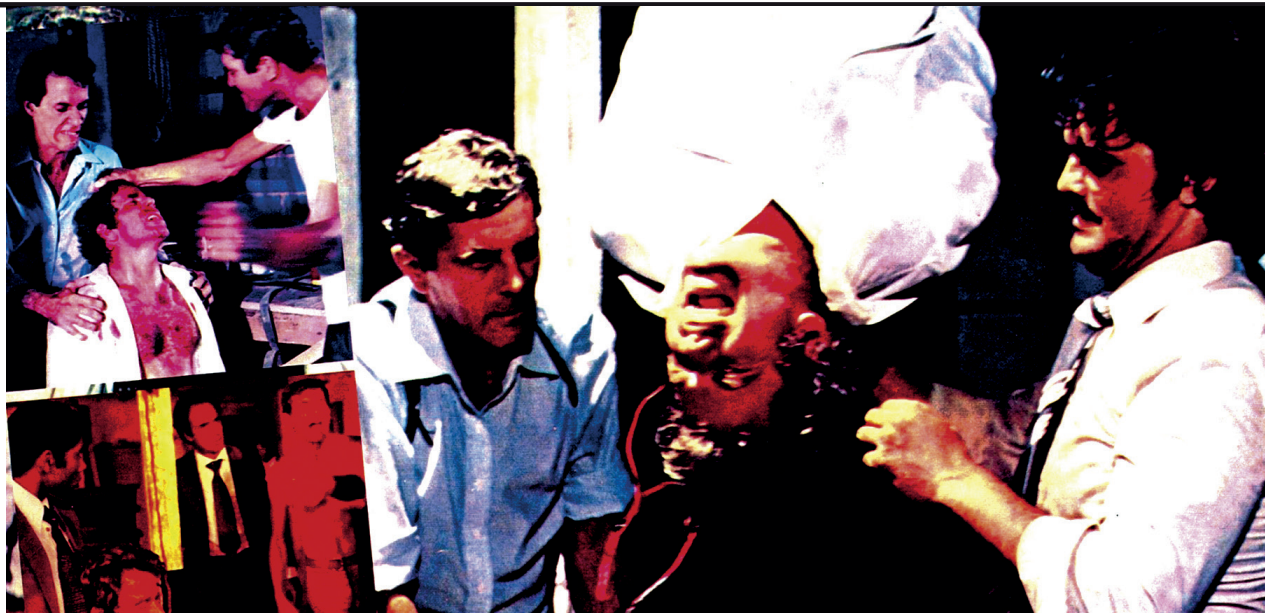
Esse cenário, agravado pelo avanço reacionário conduzido pelas classes dominantes, sob o governo Bolsonaro e sua tutela militar, cria condições para que o latifúndio e a burguesia burocrática explorem, cada vez mais, os trabalhadores do campo e da cidade. Portanto, é urgente ampliar a solidariedade e o apoio a todos os movimentos de luta pela terra, que têm as mulheres trabalhadoras camponesas, indígenas e quilombolas como símbolo de luta e resistência. Nós, unidos ao coro de trabalhadoras e trabalhadores, dizemos não ao marco temporal, dizemos não ao projeto que flexibiliza as regras de regularização fundiária e continuaremos denunciando todas as violências e injustiças que assolam os que lutam por um pedaço de terra e por uma vida digna em nosso país.

Pra Frente, Brasil!

Pra Frente, Brasil é um filme nacional com direção de Roberto Farias. Enquadrando-se no gênero drama e ficção histórica, com lançamento oficial em 1982, foi um dos primeiros filmes a retratar de forma explícita a repressão da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Esse texto teve como impulsionador o Cine Debate proposto a partir da Campanha Brasil: pela Segunda e Definitiva Independência, que aconteceu em junho de 2021, onde assistimos e discutimos a importância da obra, nos dias atuais e na época da sua estreia em território brasileiro. Enquanto cada vez mais há setores que relativizam o horror vivido pelos brasileiros na ditadura militar, mais é necessário não esquecer e lembrar esses capítulos do passado, que fazem parte da memória do desenvolvimento de uma nação. Dessa maneira o filme Pra Frente, Brasil assume o papel de trazer à tona espectros de um passado não muito distante, representando o ano de 1970, marcado pelo ápice da ditadura e pelo terceiro título da seleção brasileira na Copa do Mundo.

O nome "Pra Frente, Brasil" faz referência à canção Pra Frente Brasil de Miguel Gustavo, que foi escolhida pelo regime para representar e inspirar a seleção brasileira na Copa do Mundo FIFA de 1970 no México. Canção essa que foi cantada pelo país de forma ufanista, marcada pela euforia de, pela primeira vez, uma Copa ter a transmissão ao vivo e a cores pela TV brasileira, tornando-se o hino dessa edição. O filme retrata entre às cenas de tortura, de forma ácida, pausas para assistir a seleção, e tem cenas fortes ao som dos gols do jogo Brasil x Itália e da marchinha do tricampeonato. No período histórico em questão, o país vivia sob o AI-5, instituído dois anos antes pelo presidente e general Arthur Costa e Silva, apesar de entre 1969 e 1974, ser colocado no poder pela ditadura Emílio Garrastazu Médici. Essa época ficou conhecida como anos de chumbo, onde a vitória da seleção fora usada juntamente com os versos da canção para conquistar corações e mentes para o nacionalismo de um país que vivia sob o auge da repressão, onde havia censura, tortura e assassinatos encobertos, para qualquer pessoa que pudesse ser entendida como opositor ao regime vigente, chamados subversivos.

O enredo cinematográfico gira em torno de Jofre Godói (representado por Reginaldo Faria), homem branco de classe média, que trabalha em uma construtora e no meio de uma viagem a trabalho acaba, por azar, sendo confundido com um subversivo, dessa forma é capturado e torturado para falar. Carlos Zara



é quem representa Barreto, o chefe da tortura, com atuação marcante, em um papel forte para qualquer pessoa, fora ainda mais desafiante para Carlos, pois seu irmão Ricardo Zarrattini havia sido preso e torturado em 1968. Após o sumiço de Jofre, sua esposa, Marta Godói (Natália do Vale) e seu irmão Miguel Godói (Antônio Fagundes) começam uma procura por meios legais, cercada de dificuldades da polícia conivente, informações contraditórias, medo e desconfianças, que são marcantes das artimanhas ditatoriais. As práticas de tortura, entretanto, são restringidas a grupos autônomos, justiceiros e empresários, sem conexão aparente com o Estado, fato que revela a consciência que mesmo em período de "redemocratização", o filme passaria pela censura. A polícia fica posicionada entre os subversivos e a repressão clandestina, apesar de claramente não ajudar na procura de Jofre.

Uma fala marcante da obra é: "O que eu estou fazendo aqui? Sempre fui neutro. Apolítico. Tenho emprego, documentos, trabalho, filhos, pago imposto. Ninguém tem o direito de fazer isso comigo. E os meus direitos?". Essa fala é de Jofre e essa posição apolítica é repetida muitas vezes pelas personagens, marcando uma posição de alienação política de uma classe média que, se não fosse o azar de ser confundido com um subversivo, se negaria a desenvolver a consciência do que estava acontecendo durante a ditadura. Marta e Miguel também são marcados por essa alienação, mas durante a procura de Jofre vão sendo colocados em situações desafiadoras que fazem com que eles contestem suas verdades. A classe trabalhadora com menos privilégios quase não aparece, marcando também um público alvo da produção. Miguel é responsável pela curva dramática mais ousada, sendo capaz de atos de bravura ao tomar consciência do que aconteceria com o irmão, ao lado de Mariana (Elizabeth

Savalla), seu par romântico e representante de uma resistência armada. Não fica claro se a resistência de Mariana, ao lado de alguns camaradas, é um movimento ligado a alguma organização maior, ou independente, mas fica claro que em 1970 restavam poucos que ainda não tinham caído, ou pedido asilo político em outro país. Outro setor que é representado são os empresários, burgueses que ou apoiam esses grupos de paramilitares justiceiros, ou se veem forçados a apoiar, sob a ameaça de serem desbancados de sua classe social. Em uma das cenas dá a entender que há apoio e treinamento de tortura por parte de estrangeiros que falam inglês a esses empresários, possivelmente uma referência ao governo estadunidense.

O filme apresenta dessa maneira uma ficção histórica não muito distante da realidade vivida, com um enredo envolvente e forte, é capaz de impactar desde as pessoas que viveram aquela época até jovens que nunca passaram por isso e pouco sabem desse período. Apesar de todas as críticas que podem ser feitas, por aquilo que falta, ou que não é explicitado, é preciso entender o momento histórico onde foi lançada a obra, um tempo áspero, ainda sob ditadura, onde a coragem dos atores e de todos que se envolveram na produção merece todos os méritos. A forma em que foi conduzida, ainda que incompleta, a representação da violência e sufoco dos anos de chumbo, contém denúncias fundamentadas e nunca antes feitas em uma obra com tal financiamento e repercussão. Resta uma reflexão central do filme, mesmo que você se entenda como apolítico, a política sempre está a sua volta, influenciando diretamente sua vida, controlando e impondo às vontades daqueles que estão no poder, é necessário posicionar-se, pois se você não o fizer alguém o vai por você, os direitos nem sempre são garantidos e deve-se sempre lembrar que nunca houve direitos ofertados sem luta.

BRASIL: PELA SEGUNDA E DEFINITIVA INDEPENDÊNCIA

A campanha e os dois anos de seu lançamento

A campanha Brasil: pela Segunda e Definitiva Independência completará no próximo mês de setembro dois anos de seu lançamento oficial, que se deu após amplas discussões entre as organizações que viriam a produzir seu documento base e seu programa.

No dia 28 de setembro de 2019 foi realizada a I Jornada da campanha, na E.E. D. Pedro I, em São Miguel Paulista, zona leste da capital de São Paulo. Na ocasião, reuniram-se os militantes das organizações proponentes, além de outros tantos militantes e ativistas sindicais e da juventude, da capital paulistana, da grande São Paulo e Sul de Minas Gerais. Na oportunidade havia sido discutido o documento base da campanha e apresentadas propostas para incorporação dos trabalhos, assim como a orientação da formação dos grupos de

estudos, que viriam a se constituir na base de todo o trabalho.

Já em 2020, em decorrência da pandemia do novo coronavírus que ainda atinge o nosso país, a II jornada teve que ser realizada de forma remota e descentralizada, assim, os grupos de estudos desenvolvidos pela campanha fizeram reuniões ampliadas para debaterem documentos da campanha e a conjuntura brasileira. Foi feito um balanço dos trabalhos dos grupos de estudos ao longo do ano e das discussões geradas sobre a história das lutas do povo brasileiro ao longo de toda sua trajetória desde 1500. Também foram debatidas as atividades realizadas, a agitação e propaganda em torno da palavra de ordem da campanha, o apoio dado as greves dos entregadores de aplicativos e dos trabalhadores dos Correios,

as lives realizadas, entre outras tarefas.

Desta forma, as jornadas da campanha, sempre realizadas no último sábado do mês de setembro, no qual se registra o aniversário da proclamação da independência, se tornaram uma atividade fundamental para a reunião e debate dos militantes que constroem a campanha, que felizmente cada vez mais se faz presentes em diversos Estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Neste ano, a III jornada, a ser realizada no dia 25 de setembro, se reveste de ainda maior importância, com a aproximação dos 200 anos da Independência.

Acompanhe a página do facebook da campanha para acompanhar as informações e saber como poder participar da III jornada.